



45 parecer da Comissão de Humanização. O conselheiro **Fernando Marcucci**  
46 (CREFITO) diz que na reunião da executiva ficou definido que o PL seria  
47 encaminhado para todos os conselheiros para que o conselho desse seu parecer  
48 nesta reunião. O presidente **Lincoln Ramos** esclarece que foi adota esta metodologia  
49 por conta do prazo que o conselho tinha para se manifestar. O conselheiro **João**  
50 **Martins** diz que realmente o PL deve estabelecer os critérios do que considera  
51 situação de pandemia, mas é um projeto interessante, pois boa parte de Londrina  
52 está se movimentando por ônibus. O conselheiro **Laurito Porto Filho** diz que o  
53 projeto é muito pobre, pois ele joga a responsabilidade para a empresa segurar o  
54 fluxo em 50% da capacidade e isso obrigatoriamente implica em colocar mais ônibus  
55 para roda na cidade e atender esse pedido, mas as tabelas de custeio do transporte  
56 coletivo foram feitas baseadas em lotação máxima , então a CML precisa pensar em  
57 qual contrapartida seria dada para o custeio do serviço, inclusive há pouco tempo o  
58 pessoal fez greve por não estar recebendo o salário e a justificativa da empresa de  
59 transporte é falta de recurso, então tudo isso tem de ser pensado. O conselheiro  
60 **Edvaldo Viana** diz que se não tem uma contrapartida do município vai ser totalmente  
61 inviável a empresa arcar com esse custo, jamais a empresa vai andar somente com  
62 50% da capacidade, então a CML tem de ver isso primeiro. O presidente **Lincoln**  
63 **Ramos e Silva** (Sindprevs) sugere que o conselho emita parecer concordando com o  
64 projeto desde sejam incluídas as ponderações apresentadas pelos conselheiros. O  
65 CMS aprova o parecer ao PL 089/2020 com as ponderações apresentadas. Seguindo  
66 os trabalhos é passado ao ponto de pauta “*Repactuação da Programação Anual de*  
67 *Saúde- PAS/2021*”. Lincoln pede destaque no item “2.2.5 Readequar estrutura física  
68 das quatro vigilâncias com aquisição de equipamentos e veículo/ Proporção de  
69 serviços de vigilância reestruturados”. Lincoln coloca que na plenária do conselho  
70 apresentou 14 itens para incluir nas propostas, então gostaria que estes itens fossem  
71 incluídos do tem 1 ao 10.3, então sua proposta é para que o item seja desmembrado  
72 em questões específicas nas metas para 2021. **Evilin** responde que a SMS não  
73 esqueceu esta indicação das metas, mas lembra que a discussão feita na plenária é  
74 para construção do PMS 2022 a 2025, o documento em discussão é uma  
75 repactuação da PAS 2021, onde foi preciso incluir as ações referentes ao  
76 enfrentamento da covid, além disso foram incluídas ações e reavaliadas metas para  
77 2021 de acordo com o cenário atual, então muitas das propostas colocadas pelo  
78 conselheiro não seriam possíveis de ser executadas em 2021, portanto, elas precisam  
79 ser analisadas para inclusão nos próximos anos dentro do PMS 2022/2025. O  
80 conselheiro **Lincoln Ramos e Silva** diz entender a ponderação da diretora Evilin, mas  
81 na plenária foi feito um informe pelo Patrick que estava previsto 3 carros para a  
82 vigilância em saúde, na ocasião até disse a ele que gostaria que não acontecesse  
83 como ocorreu há algum tempo, quando os carros novos foram para a vigilância e  
84 acabaram sendo utilizados em outros setores e para a dengue foram os carros velhos  
85 de outros setores, por isso, ponderou que seria importante que no item 2.2.5  
86 houvesse este desdobramento já citado, pois entende que há coisas que poderiam  
87 ser melhoradas ainda este ano. A diretora **Rosilene Machado** afirma que algumas  
88 coisas são mais fáceis de realizar ainda este ano, mas as de maior valor terão de

89 estar garantidas na LDO ou na LOA, então acredita que posteriormente dá para  
90 avaliar as questões que o conselheiro pediu. O conselheiro **Lincoln Ramos e Silva**  
91 diz que algumas coisas são perfeitamente possíveis de serem melhoradas, o que não  
92 gostaria é que não houvesse nada, inclusive acrescentaria o serviço de Castramóvel,  
93 o qual demanda muita gente e uma grande estrutura, sendo que o setor está com a  
94 mesma estrutura de antes, então é preciso pensar num local para que o serviço do  
95 Castramóvel possa trabalhar mais adequadamente, pois hoje eles estão em 15  
96 pessoas lotados na vigilância ambiental em uma sala que já tinha quase 30  
97 servidores, algo que fica ainda pior pela questão da pandemia. A diretora **Rosilene**  
98 **Machado** responde que irá falar com a diretora da V S para ver o que pode ser feito  
99 para melhorar essa questão. O conselheiro **Fahd Haddad** pede destaque no item “Nº  
100 1.10 - Ampliar a oferta da atenção especializada - Ampliar em pelo menos 5% o  
101 número de consultas (de no mínimo uma especialidade), exames e de cirurgias”.  
102 Fahd questiona como será possível aumentar 5% se já existe um déficit de 30%  
103 relacionado ao teto financeiro do município e a dívida com os prestadores, então  
104 talvez seja necessário recalcular essa meta de ampliação no atendimento  
105 especializado. A diretora **Rosilene Machado** diz que os 5% são de ampliação do  
106 número de atendimentos, então não é somente com serviço contratualizado, pode ser  
107 com serviço próprio também, por exemplo, a SMS planeja ampliar o serviço de  
108 fisioterapia da policlínicas no próximo semestre, ou seja, as ampliações podem ser  
109 com serviço próprio, e aí não é no valor financeiro e sim em quantidade de oferta. A  
110 diretora **Evilin Gorcks** diz que pensando na parte da contratualização, foi colocada  
111 uma ação para reivindicar o financiamento do teto MAC. **Andressa** (DRAS) coloca  
112 como isso diz respeito a média complexidade e com frequência os hospitais não  
113 atingem o total da média complexidade pactuada, é possível fazer esta ampliação em  
114 número de consultas e exames dentro da média complexidade. O conselheiro **Fahd**  
115 **Haddad** questiona que o item fala em cirurgias. **Andressa** (DRAS) responde que são  
116 cirurgias de média complexidade que ainda tem uma sobra mensal, o déficit é sempre  
117 na alta complexidade. O conselheiro **João Martins** questiona se não seria  
118 interessante especificar essa diferença no objetivo. **Andressa** (DRAS) responde que o  
119 item que reivindica o aumento do teto inclui a alta e média complexidade, então não  
120 sabe se seria o caso de dividir. O conselheiro **João Martins** diz que se o objetivo foi  
121 feito pensando na média complexidade, não vê porque não pode ser especificado,  
122 pois assim haveria um critério para analisar posteriormente. **Andressa** (DRAS)  
123 responde não há problema em especificar. O conselheiro **Fahd Haddad** questiona  
124 que é preciso colocar uma meta específica para melhorar a situação da alta  
125 complexidade. **Andressa** (DRAS) responde que já consta uma ação para reivindicar a  
126 revisão do financiamento da saúde de Londrina. O conselheiro **Edvaldo Viana**  
127 questiona se é possível apresentar na próxima reunião os números e não somente a  
128 porcentagem, ou seja, o total que hoje é atendido e o que se pretende atender em  
129 cada um dos itens. A diretora **Evilin Gorcks** responde que o indicador da pactuação  
130 interfederativa, então ele já vem neste formato com razão. Quando foi feita a PAS  
131 2019, salvo engano, o Fernando deu uma sugestão de colocar dentro da meta o valor  
132 que se buscava alcançar , algo que foi acatado, então o indicador que é de pactuação

133 interfederativa é nesse formato de razão, por isso ele é apresentado assim,  
134 geralmente nos relatórios quadrimestrais é apresentado a produção do quadrimestre  
135 e se for o caso a SMS pode começar também a apresentar em números, no último  
136 quadrimestre foi apresentada a produção total dos exames de mamografia e  
137 citopatológicos no relatório quadrimestral, além da razão a SMS apresentou o número  
138 total. O conselheiro **Edvaldo Viana** concorda com a proposta e diz que os gestores  
139 dos hospitais sabem qual é sua produção mensal, mas os conselheiros não têm essa  
140 informação, então o conselho tem de saber essa informação nem que seja no  
141 relatório quadrimestral. O conselheiro **Laurito Porto Filho** diz nestes planos não  
142 consta os objetivos e ações diretas para a saúde do trabalhador, não sabe se isso se  
143 deve a uma normatização que não inclui no plano a saúde do trabalhador ou se é  
144 simplesmente por uma falta de atenção histórica, pois há um núcleo que faz esse  
145 atendimento, tem as questões de vistorias que são feitas, a equipe de lá está reduzida  
146 devido a pandemia, então a situação da saúde do trabalhador está cada vez mais  
147 precária no município, logo, gostaria de saber se é possível fazer estas inclusões.  
148 **Evilin Gorcks** responde que na programação há um objetivo específico para essa  
149 questão: “2.6-Desenvolver ações de vigilância em saúde do trabalhador”. O indicador  
150 apresentado neste item é de pactuação interfederativa do preenchimento de  
151 ocupação das notificações de agravos relacionados ao trabalho, então a SMS tem a  
152 obrigação de pactuar este indicador, inclusive há uma ação para sensibilizar e  
153 monitorar as instituições para continuidade das notificações das doenças e agravos  
154 relacionados ao trabalho, então no plano 2022/2025 há várias propostas da  
155 conferência relacionadas a saúde do trabalhador que serão avaliadas para inclusão  
156 no plano. O conselheiro **Laurito Porto Filho** questiona que não há nada sobre a  
157 recomposição das equipes. **Evilin Gorcks** responde que já tem sido discutido muito a  
158 dificuldade de recomposição das equipes, então o que foi colocado em 2021 é aquilo  
159 que se vislumbra que realmente vai acontecer, então para 2021 talvez não seja  
160 possível fazer a recomposição das equipes, mas para o plano será possível avaliar  
161 como será possível atender as propostas aprovadas na conferência. O conselheiro  
162 **Laurito Porto Filho** coloca que a CISTT discutiu que muitas das situações da covid  
163 impactaram a saúde do trabalhador. **Evilin Gorcks** responde que a SMS tem feito  
164 testes seletivos para tentar recompor as equipes, mas realmente há déficit em alguns  
165 serviços, mas a SMS vai fazer o planejamento 2022/2025 dentro daquilo que for  
166 possível com o orçamento disponível. O conselheiro **João Batista Martins** diz que é  
167 preciso dimensionar as porcentagens em números reais, apresentar isso no relatório  
168 quadrienal não resolve, pois já passou, então que a partir de hoje seja apresentado  
169 números reais para que se tenha noção melhor do que isso representa, por exemplo,  
170 em determinado item seria 5% do que, pode ser 5% de nada. A diretora **Rosilene**  
171 **Machado** explica que o que está sendo discutido é uma repactuação, pois em 2020  
172 foi possível alcançar algumas coisas e outras não, por isso a necessidade de  
173 repactuar, então a maioria das vezes a repactuação é sempre para mais, então não é  
174 5% de nada, pois é 5% daquilo que foi avaliado no documento discutido e aprovado  
175 pelo conselho na reunião passada. O conselheiro **João Batista Martins** questiona  
176 que tudo no documento está em formato de razão e porcentagem, não há número

177 concreto. **Evilin Gorcks** responde que no RAG há um capítulo que apresenta os  
178 indicadores. Quando foi elaborado o plano ele foi feito desta forma visando atender o  
179 formato do indicador, por exemplo, se for apresentado que a SMS realizou 10 exames  
180 de mamografia, seria isso um número bom ou ruim para Londrina, então por isso que  
181 muitas vezes a SMS apresenta porcentagem e razão visando um significado. A  
182 conselheiro **Rita Domansky** coloca que o formato de razão é para avaliar  
183 proporcionalmente ao número de habitantes. Evilin Gorcks coloca que é válido  
184 apresentado o número total, como a SMS apresenta a prestação de contas no  
185 relatório quadrimestral dos indicadores, a proposta é que além do indicador da razão  
186 seja apresentado o número total para que fique mais claro, mas para o próximo plano  
187 pode ser feita uma avaliação de como vai ficar a descrição da meta, pois o indicador  
188 já vem neste formato da pactuação interfederativa. O conselheiro **João Martins**  
189 insiste que não conseguiu compreender o documento, pois estaria aumentando, por  
190 exemplo, 5% do que exatamente. **Evilin Gorcks** responde que o aumento seria de  
191 5% em relação ao resultado anterior. O conselheiro **João Martins** questiona que no  
192 exemplo o resultado de 2020 foi de 0,21, mas o que representa este 0,21. Evilin  
193 Gorcks responde que o 0,21 é uma razão e o objeto em 2021 é passar para 0,42. A  
194 diretora **Rosilene Machado** afirma que no relatório quadrimestral é colocado  
195 quantidade. O presidente **Lincoln Ramos** questiona se é possível colocar entre  
196 parênteses o quantitativo em cada item para facilitar a visualização do que representa  
197 cada meta. A diretora **Rosilene Machado** responde que isto é possível, mas talvez  
198 não espelhe a realidade, por exemplo, se o denominador for mulheres de x a x anos,  
199 então pode ter mais ou menos mulheres naquele ano e a razão vai ser modificada,  
200 então muitas vezes o número absoluto não vai ter significado porque não é possível  
201 parametrizar. A conselheira **Rita Domansky** explica que parametrizar é poder  
202 comparar ano a ano se você avançou de acordo com a mesma população, por  
203 exemplo, se você fez 20 e eram 50 mulheres no ano a razão vai ser uma, se você fez  
204 20 e eram 20 mulheres a razão será outra. O presidente **Lincoln Ramos** coloca que o  
205 conselho quer é que se chegue a um meio termo para apresentação destes itens. O  
206 conselheiro **João Batista Martins** diz que a razão 20/50 é realmente diferente de  
207 20/20, mas no documento encaminhado isso não ficou explícito. A diretora **Evilin**  
208 **Gorcks** (SMS) coloca que na página 70 consta a apresentação dos números  
209 absolutos dos exames citopatológicos e mamografia do ano. O conselheiro **João**  
210 **Batista Martins** questiona se para os demais itens também constam os números  
211 reais. Evilin responde que a SMS vai avaliar o que é possível apresentar o número  
212 total ou não. O conselheiro **Edvaldo Viana** questiona se isso será trazido na próxima  
213 reunião ou apresentado no relatório quadrimestral. A diretora **Rosilene Machado**  
214 responde que irá acatar o que o conselho definir. O conselheiro **Edvaldo Viana**  
215 afirma preferir que seja apresentado na próxima reunião para que o conselho tenha  
216 uma base do que foi feito. A diretora **Rosilene Machado** coloca que a fase da LC 141  
217 para repactuação é abril, a SMS cumpriu a obrigação de levar isso para o conselho,  
218 mas se tem muita dúvida e o conselho entende que no momento não é possível  
219 discutir, ou discute tudo que é possível e deixa a pendente algumas coisas, aí o  
220 conselho define. O presidente **Lincoln Ramos** sugere que uma coisa não excluía

221 outra, o conselho pode aprovar com essa observação e na próxima reunião a SMS  
222 trazer os dados com os números, aí fica fácil para o conselho acompanhar os  
223 relatórios quadrimestrais. O CMS aprova a “*Repactuação da Programação Anual de*  
224 *Saúde- PAS/2021*” com os ajustes solicitados pelo CMS na próxima reunião.  
225 Seguindo os trabalhos é passado ao item “Carta Ao Prefeito”. **Lincoln** lembra que a  
226 carta encaminhada pelo conselho solicitava a aplicação de medidas mais intensas no  
227 combate a covid. Lincoln coloca que até o momento não houve nenhuma resposta ao  
228 documento enviado, então o conselho tem de ver o irá fazer, talvez uma sugestão  
229 seria fazer uma resolução no mesmo sentido. O conselheiro **João Martins** questiona  
230 o que significa fazer uma resolução e se seria uma normativa para a PML. O  
231 presidente **Lincoln Ramos** explica que o escopo de atuação do CMS é a SMS, então  
232 quando o conselho aprova uma resolução ele está indicando ao secretário de saúde  
233 que tome determinadas medidas, aí cabe a ele avaliar se é possível ou não e justificar a  
234 sua decisão. O conselheiro **João Martins** questiona o que ocorre caso o secretário  
235 não tome nenhuma atitude. O presidente **Lincoln Ramos** responde que neste caso o  
236 conselho volta a discutir o assunto e define que atitude tomar. O conselheiro **Luiz**  
237 **Koury** diz que na última semana a pandemia arrefeceu em Londrina, então não sabe  
238 se fazer uma resolução mais restritiva agora vai fazer sentido, já que elas não foram  
239 tomadas quando a pandemia estava mais grave, mas o que lhe incomoda  
240 pessoalmente é o fato do conselho redigir um documento, tanto ao prefeito quanto ao  
241 secretário, e não ter ao menos uma resposta oficial, isso não é bom, pois se não é  
242 para funcionar então que nem exista o conselho e ele seja extinto, pois se os  
243 conselheiros procuram fazer com que o conselho funcione dando opiniões e avaliando  
244 as condutas da SMS, inclusive dando aval, o mínimo que o conselho precisaria ter era  
245 a resposta de documentos oficiais. O conselheiro **Laurito Porto Filho** diz que  
246 encaminhar a resolução seria justamente neste intuito, pois uma resolução tem mais  
247 peso que uma carta, pois o problema citado pelo Drº Koury não é de hoje, tanto que  
248 quando foi montado o Coesp o CMS não foi chamado nem como observador e  
249 precisou de uma briga danada para o conselho participar, e o que se tem visto é a  
250 PML e a SMS não responderem aos questionamentos oficiais do CMS, simplesmente  
251 ignoram, então é preciso tomar uma atitude mais firme, se for para o conselho ficar  
252 somente aprovando contas e planos é melhor dissolver o conselho. O conselheiro  
253 **Jurandir Rosa Pinto** (Sindinapi) concorda com a fala do conselheiro Laurito e  
254 questiona se não existe um prazo legal que a gestão tem para responder para que o  
255 CMS possa tomar outras atitudes, pois se for para o conselho falar “amem” e aprovar  
256 coisas, não tem porque ter conselho e gastar dinheiro, sendo que o conselho sempre  
257 procurar ajudar a administração e apoiar a SMS, tanto com elogias como com críticas  
258 de acordo com informações que os conselheiros estão vendo no dia a dia e não  
259 chegam ao conhecimento do secretário ou do prefeito, pois tem muito puxa saco que  
260 não fiscaliza na cidade, mas o que o conselho precisa acima de tudo é de respeito,  
261 então quando o conselho manda um documento ele precisa de resposta. O presidente  
262 **Lincoln Ramos** esclarece que todo documento público tem um prazo legal de 15 a 30  
263 dias para ser respondido, como a carta foi enviada há 30 dias o prazo para resposta é  
264 até o dia de hoje, até o presente momento o CMS não recebeu nada, por isso o

265 assunto foi trazido ao conselho. O conselheiro **Edvaldo Viana** diz que tem questiona  
266 muito qual o papel do conselho e se ele somente serve para aprovar constas, pois o  
267 conselho não tem espaço no Coesp e nem em outras coisas, ou seja, a única coisa  
268 que pedem para o conselho é aprovar prestação de contas, isso já está até pegando  
269 mal para os conselheiros, os usuários é que estão nas ruas e ficam ouvindo a  
270 população questiona o que é que eles estão fazendo no conselho, muitas pessoas  
271 acham que os conselheiros tem salário e só estão se aproveitando de vantagens  
272 financeiras. O conselheiro **Luiz Koury** diz que o conselho fez uma proposta de  
273 medidas mais restritivas, mas não está entrando no mérito disso, apenas entende que  
274 ao conselho compete sugerir o que achar pertinente, mas a decisão de realizar ou  
275 não é sempre do executivo, então não está dizendo que o conselho deve passar a  
276 administrar a saúde pública em Londrina, o que lhe incomoda é fato do conselho não  
277 ser respondido, mesmo que responda que não vai tomar as medidas sugeridas pelo  
278 CMS, mas pelo menos responda e explique o porque de tal decisão, pois é assim que  
279 as pessoas se entendem e chegam ao consenso, mas claro que o conselho não quer  
280 impor medidas ao prefeito e ao secretário, mas eles devem pelo menos responder o  
281 conselho e esclarecer o motivo das medidas tomadas, é muito chato você estar em  
282 uma função e ser ignorado quando está apenas querendo colaborar. O conselheiro  
283 **Jurandir Rosa Pinto** diz que o conselho serve para ajudar a administração, então  
284 quer seriedade, respeito e compromisso com o conselho que representa a população.  
285 O presidente **Lincoln Ramos e Silva** propõe que a carta seja adequada e  
286 transformada em resolução dizendo que conforme análise do Coesp de acordo com o  
287 momento da cidade. O conselheiro **Fernando Marcucci** diz que tem participado do  
288 Coesp e no último mês os números se mantiveram altos e o estado é que fez uma  
289 restrição das atividades, então Londrina acompanhou o estado, alguns dos municípios  
290 da região fizeram mais restrições, mas Londrina não adotou isso. Fernando diz que  
291 são dois problemas, um é a questão das medidas de restrição e outro é o conselho  
292 ser reconhecido pela gestão por suas atividades estabelecidas em lei, talvez seja  
293 preciso uma carta mais direcionada a posição do CMS de fato e pedindo que ele  
294 tenha seu protagonismo reconhecido , com os documento encaminhados a gestão  
295 sendo respondidos em tempo hábil, com o conselho tendo seu papel consultivo e  
296 deliberativo respeitado em todas as áreas da saúde pública. O presidente **Lincoln**  
297 **Ramos e Silva** diz que a carta foi entregue a gestão no dia 01 de abril, então o prazo  
298 de 30 dias ainda está correndo, mas isso não impede do conselho toma as medidas  
299 que entender cabíveis. O conselheiro **Luiz Koury** sugere que quando uma  
300 correspondência for enviada vá com um pedido para que a resposta, dentro do  
301 possível, seja enviada antes da reunião do conselho, colocando no documento a data  
302 da próxima reunião. O CMS aprova a proposta. A conselheira **Joelma Carvalho** diz  
303 que a gestão e o conselho têm de ter uma relação de respeito mútuo em qualquer  
304 situação, então os prazos de resposta de documento têm de ser respeitados. Joelma  
305 sugere que seja feito um ofício ou resolução, pois não tem em nenhum outro lugar a  
306 figura da carta. O CMS aprova que a carta seja transformada em resolução, com os  
307 acréscimos das contribuições do conselho para que o município adote as medidas  
308 restritivas recomendadas pelo Coesp e com prazo de resposta até a próxima reunião

309 do CMS. O conselho aprova encaminhamento de ofício para a gestão para que as  
310 demandas do conselho sejam ouvidas e respondidas dentro de prazo legal. O CMS  
311 aprova que cópia dos documentos sejam encaminhadas ao Ministério Público.  
312 Seguindo os trabalhos é passado ao assunto “Kit Covid”. O presidente **Lincoln**  
313 **Ramos e Silva** diz que o conselho recebeu denúncias de que estaria havendo na  
314 administração pública receituário do kit covid. O conselheiro **João Martins** apresenta  
315 documento da UPA Sabará com prescrição de ivermectina, azitromicina, sendo que  
316 são dois medicamentos que tem eficácia questionada contra covid-19. João Martins  
317 questiona se a utilização destes medicamentos é de fato um protocolo da SMS. O  
318 presidente **Lincoln Ramos** coloca que no documento não fica claro para que tipo de  
319 agravo ele está sendo prescrito. João Martins questiona que se trata provavelmente  
320 de prescrição para covid. O conselheiro **Laurito Martins** diz que o assunto foi  
321 amplamente divulgado na mídia e redes sociais, inclusive surgiu a informação de que  
322 a 17ª RS teria entrado em contato com a SMS para fazer recomendações, então  
323 gostaria de saber se isto está realmente ocorrendo e desde quanto está sendo  
324 utilizado um receituário já pronto como o apresentado e se a 17ª fez algum  
325 comunicado a PML, pois a OMS já declarou que nenhum dos medicamentos do kit  
326 covid tem eficácia comprovada, inclusive trazem prejuízo a saúde das pessoas, então  
327 se isto está acontecendo em Londrina é algo muito grave. **Cleiton** (SMS/DUES) inicia  
328 dizendo que a SMS recebeu no início de abril o ofício da 17ª RS nº 004/2021, a  
329 respeito do protocolo de tratamento precoce, documento que foi encaminhado para  
330 todos os municípios da 17ª RS. O MS emitiu nota informativa que fala do uso da  
331 cloroquina, mas se sabe que pelas recomendações da ANVISA e da OMS que hoje a  
332 ivermectina e cloroquina não tem eficácia no tratamento da covid-19. Há ainda um  
333 parecer do CFM nº 04/2020 que dá ao médico prescritor a autonomia para direcionar  
334 o melhor tratamento ao paciente de acordo com os sintomas, sendo assim, alguns  
335 representantes públicos tem recomendado o uso da cloroquina e outros não, então  
336 alguns pacientes já chegam na unidade querendo utilizar esses medicamentos,  
337 portanto, existe essa dificuldade de sensibilização da população e os médicos, após  
338 assinatura do termo de consentimento livre esclarecido, algo obrigatório para  
339 prescrição da cloroquina, tem a autonomia para prescrever cloroquina, sendo assim, a  
340 SMS vem há algum tempo disponibilizando estes medicamentos nas unidades de  
341 referência para a população que aceite o tratamento e assinem o termo de  
342 consentimento. O presidente **Lincoln Ramos** diz que o questionamento não é sobre a  
343 autonomia dos médicos, mas sobre a existência de um documento oficial da SMS já  
344 pronto com a prescrição dos medicamentos, o que indica uma ação que já é de rotina.  
345 Cleiton esclarece que o documento não é algo oficial da SMS, tanto que quando  
346 tomaram conhecimento da existência do mesmo a unidade foi notificada para ver o  
347 que ocorreu, pois, o município não tem modelo de prescrição pronto, porém alguns  
348 profissionais fazem esta replicação da receita nos dias de plantão devido ao grande  
349 volume de atendimentos, mas já foi orientado que este procedimento não é o  
350 recomendado pela SMS. O conselheiro **João Batista Martins** diz que ao receber o  
351 documento acabou pesquisando na internet outros documentos, por exemplo, a  
352 prefeitura de Florianópolis não recomendou o uso deste medicamento, então fica

353 muito complicado um funcionário público representando a PML prescrever esse  
354 medicamento, uma coisa é a autonomia do médico, outra é a recomendação ou não  
355 da prefeitura de Londrina, então gostaria que isso fosse formalizado, pois como é que  
356 a prefeitura lida com isso, se a pessoa é um engenheiro funcionário público, por  
357 exemplo, aí vai e faz a casa do jeito que quiser, mas e se a casa cair, existe uma  
358 reponsabilidade da prefeitura com ação do seu servidor. **Cleiton** diz que existe a  
359 responsabilidade, inclusive o médico está respaldado pelo CFM de prescrever ou não,  
360 a entidade pública direciona os profissionais do que pode ser feito ou não, porém, a  
361 responsabilidade de prescrição do médico não pode ser alterada, então o  
362 direcionamento do município é que o médico tem autonomia de fazer a prescrição de  
363 acordo com o parecer do CFM, obvio que se tiver algum problema a SMS pode abrir  
364 um processo administrativo e encaminhar para os órgão competentes, ou qualquer  
365 usuário pode fazer uma denuncia de um medico direto no conselho de classe dele,  
366 mas que fique claro que hoje o município não dispõe de nenhum protocolo de  
367 tratamento precoce de covid-19, no caso de Florianópolis, mesmo tendo parecer que  
368 eles são contra, os médicos de lá continuam com a autonomia de prescrever o  
369 medicamento. O conselheiro **João Batista Martins** responde que pelo menos a  
370 prefeitura de Florianópolis se posicionou, então gostaria de isso fosse explicitado, pois  
371 isso gera confusão. A diretora **Rosilene Machado** esclarece que a SMS não adotou  
372 protocolo de tratamento precoce para covid, inclusive tem ocorrido várias  
373 manifestações de cunho político questionando porque que o município não aderiu ao  
374 tratamento precoce, a CML já fez duas sessões que o secretário permaneceu  
375 manteve o posicionamento do município, então tanto o secretário quanto o prefeito  
376 tem deixado claro que a SMS não instituiu nenhum protocolo contra covid, tendo em  
377 vista toda esta parte científica insipiente , então ficou a cargo do médico e do paciente  
378 decidir uma terapêutica que ainda não está clara, logo, o impresso apresentado pelo  
379 conselheiro João não é oficial do município. A conselheira **Vaine Pizzoloto** diz que o  
380 médico antes de ser funcionário público ele é profissional médico e sua autonomia  
381 está respaldada pelo seu conselho, se o município ordenasse esta prescrição o  
382 médico não poderia ser penalizado se não quisesse recomendar estes  
383 medicamentos. Vaine relata que na ultima sexta ocorreu uma audiência pública na  
384 CML onde foi discutido a implantação de um posto avançado para tratamento precoce  
385 da covid, na ocasião esteve representando a OAB e seu posicionamento foi de que  
386 médico e paciente tem autonomia de escolher o tratamento, mas observou que  
387 audiência teve um cunho politico onde a maioria dos vereadores apoiaram o  
388 tratamento e houve manifestações de paciente apoiando o tratamento, no entanto,  
389 embora haja pessoas que são contra e a favor do tratamento, é preciso partir para o  
390 lado do convencimento científico. O Conep divulgou uma nota na sexta feira onde é  
391 totalmente contrário a prescrição de cloroquina nebulizada, já o médico que participou  
392 da reunião prescreve esse tratamento, então se tem riscos sendo colocados muito  
393 piores que a covid, então é algo que precisa ser discutido, mas e preciso respeitar a  
394 autonomia do médico e do paciente, no entanto, não poder acontecer do paciente  
395 exigir do médico essa prescrição. A conselheira **Rita Domansky** relata que na  
396 semana que antecedeu a reunião citada, houve na mesma casa uma reunião que

397 contou com a presença de um infectologista, um intensivista e outra infectologista do  
398 HU para discutir essa questão, na ocasião foi feita uma apresentação e eles queriam  
399 inclusive fazer uma comparação entre o custo do tratamento precoce e o custo do  
400 tratamento do paciente internado, ou seja, comparar dois universos completamente  
401 excludentes, eles não tem base de comparação, pois tem paciente que sai rápido,  
402 outro que complica, aquele que complica e fez o tratamento precoce, então realmente  
403 tem de tomar cuidado com o cunho político que a discussão está tomando, os  
404 profissionais estão cansados disso. O conselheiro **Luiz Koury** diz que há um ano  
405 estava participando do COESP, quando começaram as primeiras notícias sobre a  
406 padronização de tratamento em Porto Feliz (SP) , inocentemente acabou  
407 mencionando no grupo que seria adequado o prefeito e o secretário darem uma  
408 olhada do que estava acontecendo na cidade, chegou inclusive a passar nome do  
409 prefeito e da secretaria de saúde de lá, nesta mesma reunião um colega médico lhe  
410 perguntou se estava querendo tratar com homeopatia, realmente é neurocirurgião e  
411 não entende disso, estava apenas mencionando a cidade que estava tentando fazer  
412 um algo a mais que dar dipirona e mandar a pessoa para casa e avisar que se  
413 piorasse era para voltar para o hospital para ser intubado e morrer, mas isso foi lá no  
414 início, hoje já nem fala mais desse assunto porque as evidências parecem realmente  
415 apontar que esses medicamentos não funcionam, no entanto, ainda há médicos  
416 fazendo trabalhos científicos para chegar a uma resposta quanto a isso, não se trata  
417 de uma situação de que esta encerrada e fora de discussão, tanto que as sociedades  
418 de especialidade publicaram notas dizendo que não deveria ser feito, aí o CFM  
419 publicou nota dizendo que o médico tinha autonomia para prescrever, aí em seguida  
420 vários membros de diretoria destas sociedades que não recomendaram emitiram nota  
421 dizendo que a manifestação foi à revelia deles, então tudo isso cria uma confusão  
422 tanto na população quanto na comunidade médica, são muitos palpites, evidente que  
423 já se levantou que os médicos se beneficiam financeiramente receitando esses  
424 medicamentos, mas não é tão simples assim, pois tem conhecimento de casos de  
425 médicos que foram processados por famílias de pacientes que consultaram, não  
426 tiveram a prescrição destes medicamentos e posteriormente vieram a falecer de covid.  
427 Koury diz concordar que a PML tem de deixar claro que ela não tem protocolo de kit  
428 covid e não recomenda por não ter forte indicio de eficácia, mas o médico tem o  
429 direito de prescrever o que ele acha que funciona, alias a maioria que está  
430 prescrevendo é de boa-fé, pois não há trabalho inquestionável e que não mereça  
431 crítica provando que não funciona, por outro lado, também não existe trabalho  
432 provando que não funciona, mas na medicina não é a primeira vez que se usa  
433 tratamentos que não estão totalmente comprovados e que se é obrigado a usar  
434 porque não tem outra coisa melhor, isso a seu ver é uma politização idiota, pois é algo  
435 que está no âmbito da relação médico/paciente e assim deveria ser conduzido. O  
436 conselheiro **Laurito Porto Filho** propõe que a gestão encaminhe por escrito ao CMS  
437 resposta aos questionamentos sobre o tratamento precoce e kit covid, que a 17ª RS  
438 encaminhe por escrito ao conselho a posição que a PML tomou e o que foi adotado  
439 nos demais municípios. Laurito destaca que o tratamento precoce no Brasil é uma  
440 questão política e não de saúde pública, então tudo está sendo politizado, então é

441 preciso se ater a questão dos problemas que isso pode acarretar na saúde dos  
442 pacientes, foi colocado pela gestão que não se trata de posicionamento da gestão o  
443 tratamento precoce, então o grande problema é o imbróglio criado pelo processo que  
444 o médico criou para agilizar o procedimento, se ele tivesse receitando de próprio  
445 punho junto com os documentos que o paciente deve assinar não teria dado todo este  
446 rebuliço, mas ocorre que ficou parecendo que a PML mandou fazer blocos de  
447 receituário com os remédios do kit covid. A conselheira **Joelma Carvalho** (17ªRS) diz  
448 que basta o conselho oficial a 17ª RS e ela irá responder os questionamentos. Outra  
449 questão é que importante o conselho se atentar a discussão do tratamento precoce,  
450 pois isso tem sido discutido em todo país, a posição do COE-PR é totalmente  
451 contrária ao tratamento precoce e a SESA emitiu notas técnicas contra o tratamento  
452 precoce, então o conselho tem de estar por dentro de todas estas questões para que  
453 possa se posicionar. O conselheiro **João Batista Martins** questiona porque o  
454 paciente tem de assinar um termo de livre consentimento para uso de cloroquina e  
455 não para uso da ivermectina. Cleiton (SMS/DUES) responde que a diferença está nos  
456 efeitos colaterais de cada medicamento, a ivermectina é para tratamento de  
457 verminoses e seu efeito colateral é mínimo, já a cloroquina serve no tratamento da  
458 malária e tem muitos efeitos colaterais. A diretora **Rosilene Machado** esclarece que  
459 no começo a ivermectina estava com receituário em duas vias pela ANVISA, porém,  
460 depois de um mês ela retirou e passou a ser receituário simples. O conselheiro **Luiz**  
461 **Koury** diz que isso faz parte do terror criado pela politização, eles falam muito que a  
462 hidroxocloroquina tem um risco cardíaco enorme, mas tem realmente em alguns  
463 poucos pacientes dependendo do tipo de arritmia presente, e agora começaram a falar  
464 que a ivermectina está levando a lesão hepática com necessidade de transplante, e  
465 não sabe até onde isso é verdade. No tocante a cloroquina pode falar, pois nasceu e  
466 se criou em Belém do Pará e participou do projeto Rondon atendendo populações  
467 carentes, em uma dessas ocasiões acabou pegando malária e foi tratado com  
468 cloroquina e melhorou, além disso, os garimpeiros e seringueiros na AM tem malária  
469 aos montes e não tem nem farmácia e médicos para consultar, então eles compram  
470 no próprio garimpo a hidroxocloroquina para se tratar, e não está falando que não tem  
471 risco, apenas que não é todo esse terror propagado em relação a uma medicação que  
472 já é usada há mais de 70 anos, já a cloroquina que é um antecedente um pouco mais  
473 tóxico foi usado há 100 anos na gripe espanhola, mas como um agente público tirou  
474 foto com uma caixa de cloroquina aquilo virou coisa do demônio. Seguindo os  
475 trabalhos o conselho passa a discutir pedido de esclarecimento dos Profissionais do  
476 Hospital Veterinário, Cuidadores de Idosos e pedido de inclusão dos profissionais de  
477 educação física para serem incluídos no plano de vacinação do município. **Laurito**  
478 coloca que estes pedidos não cabem ao conselho, então eles devem encaminhar isso  
479 a gestão do município. O conselheiro **Fernando Marcucci** sugere encaminhar os  
480 pedidos para a SMS e pedir uma resposta formal sobre inclusão dos grupos. O  
481 conselheiro **João Batista Martins** diz que sempre se pensou na priorização dos  
482 profissionais que estão na linha de frente atendo a população, então, fora as  
483 categorias citadas, há os assistentes sociais que trabalham na rede e estão em  
484 contato com a população, mas não sabe se há previsão de vacinar a categoria. O

485 conselheiro **Fernando Marcucci** coloca que hoje o ministro da saúde postergou a  
486 vacinação dos grupos prioritários para setembro. A diretora **Rosilene Machado** diz  
487 que o entendimento do plano nacional de imunização é que os profissionais de saúde  
488 são aqueles listados na resolução, incluídos veterinários e assistentes sociais, mas  
489 agora a prioridade no grupo de trabalhadores é para profissionais serem vacinados se  
490 tivessem estabelecimentos de saúde, então por isso os veterinários por enquanto  
491 ficaram como população em geral, pois daí seria saúde animal, então há dois  
492 documentos que esclarecem isso muito bem, e a assistente social também desde que  
493 estivesse em estabelecimento de saúde, apesar de concordar com atendimento que  
494 não foi interrompido em nenhum momento, inclusive foi feito documento falando da  
495 relevância do trabalho destes profissionais, mas por enquanto as pactuações  
496 permanecem para os grupos prioritários, se for olhar no plano nacional a categoria  
497 assistente social nem aparece, mas há um entendimento do estado que deseja inclui-  
498 los no grupo populacional dos professores, porém, não sabe se vai ter vacina , pois  
499 como o Fernando já disse já está difícil vacina até para os grupos prioritários. A  
500 conselheira **Alexandra** (CRESS) diz que muitos assistentes sociais estão trabalhando  
501 em locais de atendimento à saúde e somente agora, muitas vezes devido à idade, é  
502 que estão conseguindo tomar a primeira dose, assistentes sociais estes que  
503 trabalham na Unimed, clínicas de saúde. A diretora **Rosilene Machado** diz que  
504 atualmente a vacinação está atendendo o subgrupo 9 e 10 de trabalhadores em  
505 saúde, então nem todo mundo foi vacinado, e aí para o assistente social foi sendo  
506 liberado conforme as solicitações foram chegando, quando o conselho conseguiu  
507 passar a relação dos ativos e quando a SMS conseguiu relacionar eles com os  
508 estabelecimentos de saúde, inclusive esta semana ainda tem vários psicólogos e  
509 enfermeiros aguardando validação. Rosilene explica que o plano nacional é muito  
510 genérico, mas municípios maiores tem uma variedade grande de serviços, então a  
511 SMS teve de priorizar e refazer alguns entendimentos com a SESA e perguntar ao  
512 MS, tendo em vista estas especificidades, inclusive a questão do acolhimento da  
513 assistência social, sendo que o ministério da saúde respondeu com um ofício, mas  
514 pode encaminhar isso para conhecimento do conselho. O conselheiro **Fernando**  
515 **Marcucci** solicita que a SMS encaminhe o documento para conhecimento do CMS.  
516 Não havendo mais quórum para votação, as pautas “Moção de Apoio a CPI e Covid”,  
517 Moção de Repúdio a Dívida do MS com Londrina” e “Campanha de Doação de  
518 Alimentos” ficam transferidas para a próxima reunião do CMS. O conselheiro **Luiz**  
519 **Koury** diz que essa questão deve ser agilizada, pois isso vem sendo postergado há  
520 muitas reuniões, uma coisa é não ter recurso e outra é ter recurso e não ser  
521 repassado para o hospital, existe lei votada no congresso e sancionada pelo  
522 presidente que até o fim de 2020 os hospitais receberiam integralmente independentemente  
523 de cumprir as metas, pois as cirurgias eletivas foram suspensas e os pacientes  
524 fugiram de hospitais, no entanto, foi informado de que o Hoftalon não recebeu seus  
525 valores totais de novembro de dezembro devido a não cumprimento das metas, mas  
526 por lei a SMS não poderia reter recursos do hospitais com tal justificativa, o  
527 argumento foi que os demais hospitais cumpriram as metas, mas é preciso entender a  
528 especificidade, os outros hospitais gerais tiveram sobrecarga de demanda, o Hoftalon

529 continuou prestando o mesmo serviço que sempre prestou, na sua maioria eletivo, e o  
530 hospital se esforçou para atender o máximo de pacientes, tanto que o ambulatório  
531 que era feito apenas na rua Cambará foi expandido com o aluguel de duas outras  
532 residências na Av. Bandeirantes e outro perto do CRM, tudo isso para descentralizar  
533 o ambulatório e poder atender as pessoas com menor risco de contágio, então o  
534 hospital procurou fazer a sua parte e não pode ser medido da mesma forma dos  
535 hospitais gerais que tiveram sobrecarga de atendimento, enquanto que no Hoftalon a  
536 maioria são idosos e não quiseram nem chegar perto do hospital. Dr<sup>a</sup> **Andressa**  
537 (SMS/DRAS) diz que quando surgiu esta lei a interpretação da mesma gerou bastante  
538 dúvidas, por conta disso a SMS encaminhou a procuradoria geral do município um  
539 pedido para que ela orientasse a DRAS em relação ao que o MS apresentou, então  
540 ainda está aguardando a orientação da PGM, assim que ela sair vai seguir o que for  
541 apresentado. O conselheiro **Luiz Koury** diz no breve tempo que passou na secretaria  
542 viu o tempo que leva para a PGM dar um parecer, e não sabe se há um tempo de  
543 prescrição para cobras estes valores, mas vai repassar para o hospital que a SMS  
544 está aguardando um parecer da PGM e ver junto ao jurídico quanto tempo o hospital  
545 pode aguardar, caso a PGM de parecer contrário o hospital com certeza vai entrar na  
546 justiça para defender seus direitos legais. Dr<sup>a</sup> **Andressa** (SMS/DRAS) diz que foi  
547 pedido urgência para resposta da PGM. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto  
548 de pauta "*Indicação de Representante para Compôr a Câmara Técnica de Extensão*  
549 *da UEL*". O CMS indica os conselheiros Edvaldo Viana (titular) e Vaine Pizzoloto  
550 (suplente). O conselheiro Fernando Marcucci informa que o conselho precisa indicar  
551 um titular e suplente para participar da Comissão Estadual e Regional de  
552 Acompanhamento da Avaliação do Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios  
553 Intermunicipais de Saúde. O conselho indica os conselheiros Wagner Aguiar (titular) e  
554 Laurito Porto Filho (suplente). Na sequencia é passado a pauta "Informes". O  
555 conselheiro **Fernando Marcucci** informa que nos dias 09 e 10 de julho ocorrerá a 7<sup>o</sup>  
556 Mostra Paranaense de Pesquisas e Relatos em Saúde promovido pela INESCO.  
557 **Sandra Santos Silva** (SMS/DF) diz que teve um questionamento sobre um ofício do  
558 conselheiro Cícero. Sandra prossegue e diz que como estavam sendo finalizadas  
559 todas as pendencias da Comissão de Orçamento e Finanças, umas delas seria a  
560 análise de um relatório sobre o contrato de manutenção de veículos. Na época, o  
561 conselheiro Cícero foi até a diretoria financeira, pois havia solicitado as notas fiscais  
562 relativas aquele contrato, e levou as notas para fazer uma análise e entregar um  
563 relatório para o CMS. Ocorre que como o tempo passou e ele não apresentou o  
564 relatório e acabou se afastando do conselho, ficou esta pendencia, então a comissão  
565 definiu que seria feito um ofício cobrando ou a análise ou que o mesmo devolvesse as  
566 cópias das notas, pois emitir novas cópias para que outro conselho faça a análise  
567 também demandaria em custo para o FMS. Sandra faz a leitura do ofício CMS  
568 033/2020 encaminhado ao conselheiro Cícero Cipriano: *Senhor Cícero, Em atenção a*  
569 *deliberação da Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho Municipal de Saúde*  
570 *de Londrina, solicitamos a vossa senhoria a devolução das cópias de notas fiscais*  
571 *referentes ao contrato de manutenção de veículos, as quais foram retiradas pelo*  
572 *então conselheiro para análise e parecer e posterior devolução a diretoria financeira*

573 da Secretaria Municipal de Saúde de Londrina. Na oportunidade renovamos nossos  
574 protestos de elevada estima e colocamo-nos a disposição para eventuais  
575 esclarecimentos. Londrina, 22 de outubro de 2020. Atenciosamente, Lincoln Ramos e  
576 Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde. Sandra relata que a princípio o  
577 documento foi encaminhado pelo motorista da SMS, o qual foi várias vezes até a casa  
578 do Cícero e não foi atendido, então optou-se por encaminhar o documento por carta  
579 registrada, sendo que depois de algum tempo o Cícero encaminhou a seguinte  
580 resposta: referente a resposta ao ofício CMS 033/2020 da comissão do fundo  
581 municipal de saúde de Londrina: *Prezados senhores, informo inicialmente que causou*  
582 *estranheza o envio do ofício em epígrafe pela comissão do fundo municipal de saúde*  
583 *de Londrina, o qual foi recebido por mim na data de 05/01/2021, tendo em vista que*  
584 *não atuo mais na área da saúde, desde de dezembro de 2019. Em seguida venho*  
585 *expor os fatos e ao final requerer o que segue. Além disso, referido ofício apresenta*  
586 *indícios de determinados equívocos, o que enseja a solicitação de alguns*  
587 *esclarecimentos, pelos quais faço as seguintes perguntas: 1. Considerando que*  
588 *desde de dezembro de 2019 não atuo mais na área da saúde, gostaria que me*  
589 *esclarecesse melhor o envio do referido ofício como tipos de documento datas e que*  
590 *tipos de relatórios. 2. Considerando que no ofício enfatiza o caráter deliberativo da*  
591 *comissão do fundo me faz refletir e solicitar tanto o regimento interno da comissão de*  
592 *fundo quanto do conselho e se este referido ofício teve a ciência tanto da comissão*  
593 *executiva quanto da aprovação do pleno. 3. Considerando que nunca tivemos acesso*  
594 *aos documentos originais e os conselheiros solicitavam algumas cópias de notas por*  
595 *amostragem e se faz jus a menção de quais seriam estas cópias e também o*  
596 *protocolo das entregas das referidas das cópias no ofício e isso não ocorreu não está*  
597 *claro no ofício. Informo ainda que, mediante a deliberação equivocada e injusta*  
598 *ocorrida em dezembro de 2019 pelo CMS Londrina, eu encaminhei imediatamente a*  
599 *meu suplente todas as pendências relacionadas ao referido conselho. Por todo o*  
600 *exposto, solicito o encaminhamento das cópias das atas, tanto da comissão de ética,*  
601 *da comissão do fundo e do pleno do conselho desde agosto de 2019, até a presente*  
602 *data. Vale salientar que desde o ano de 2018, deixei claro que em 2019 iria priorizar*  
603 *os meus estudos e que me faltaria tempo, não obstante a isso sempre estive disposto*  
604 *a colaborar com o controle social. Estou a disposição para prestar esclarecimentos,*  
605 *porém, esclarecendo , de antemão, que minha prioridade agora é cuidar de minha*  
606 *saúde. Acredito que, salvo engano, o conselho tem pessoas qualificadas e com*  
607 *competência para analisar todas as questões relacionadas ao controle social,*  
608 *principalmente as pendências relacionadas as frotas. Apresento minhas cordiais*  
609 *saudações e estimas, e aguardo retorno com as respostas aos meus*  
610 *questionamentos, bem como o envio das atas solicitadas. Cicero Cipriano Pinto. O*  
611 **conselheiro Fernando Marcucci** diz que a executiva vai ver quais documentos são  
612 pertinentes para responde o pedido dele, sendo que no ofício ele cita que encaminhou  
613 as pendencias que tinha para o seu suplente, na ocasião o senhor Natal, logo, talvez  
614 estas notas tenham se perdido. Fernando questiona se há algum problema caso não  
615 sejam recuperadas as cópias das notas que o financeiro está cobrando. Sandra Silva  
616 responde que caso algum conselheiro decida fazer a análise que o Cicero tinha se

617 proposto a fazer, algo que partiu dele mesmo, sendo que ele ia até o financeiro e  
618 pedia cópias de notas e os servidores paravam tudo que estavam fazendo para  
619 atendê-lo, agora a decisão e se algum outro conselheiro vai fazer esta análise, pois  
620 são pendências que está se trabalhando para resolver, então esta pendência da  
621 comissão vai ou não continuar, isso tem de ser definido, pois se alguém for fazer o  
622 financeiro vai ter de imprimir novamente todas as notas. O conselheiro **Edvaldo**  
623 **Viana** sugere que este assunto seja decidido pela comissão de finanças na sua  
624 próxima reunião. O conselheiro **Laurito Porto Filho** diz que a principal dúvida é se o  
625 Cícero encontrou alguma coisa ou não, por isso também que foi feito o ofício, caso ele  
626 não tenha encontrado era para a comissão pegar as notas e continuar o trabalho,  
627 esse foi o intuito principal, mas o Cícero respondeu para o executivo e não para o a  
628 comissão de finanças, então o encaminhamento do Fernando é o mais correto. O  
629 conselheiro **Edvaldo Viana** pede que o assunto vá para a comissão de finanças. O  
630 conselheiro **João Batista Martins** pede um esclarecimento sobre o funcionamento  
631 das comissões do CMS. O conselheiro **Fernando Marcucci** explica que cada  
632 comissão tem um coordenador e um secretário, e a periodicidade das reuniões é  
633 definida por cada comissão. O conselheiro João Batista Martins coloca que entrou na  
634 Comissão de Saúde Mental, mas não está vendo mobilização para reuniões. A  
635 diretora **Rosilene Machado** sugere que o conselheiro coloque no grupo da comissão  
636 se alguém tem interesse em coordenar a comissão, propor datas, etc. Não havendo  
637 mais assuntos a reunião é encerrada. Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson  
638 Luiz Oliveira Silva e revisada pela secretária Sandra Bavia.

<i>Titular</i>	Carlos Felipe Marcondes Machado	Justificou
Suplente	Rosilene Machado	
Titular	Maria Lúcia da Silva Lopes	Justificou
Suplente	Joelma Aparecida de Carvalho	
Titular	Fábio Molim	Justificou
Suplente	Pilar Nadir Alvares Soldório	justificou
Titular	Lincoln Ramos e Silva	
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	
Titular	Ligia Mara da Silva do Amaral	
Suplente	Sandra Maria da Silva Matos	Ausente
Titular	Joice Mara Cruciol e Souza	
Suplente	Ester Massae Okamoto Dalla Costa	Justificou

Titular	João Batista Martins	
Suplente	Nadya Christina Silveira Pellizari	Justificou
Titular	Fernando César Marcucci	
Suplente	Flávia Gonçalves	Justificou
Titular	Alexsandra A Jesus Moreira	
Suplente	Ana Paula Gracindo	Ausente
Titular	Edmilson Garcia	
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	Ausente
Titular	Lincoln Vieira Magalhães	
Suplente	Luiz Soares Koury	
Titular	Fahd Haddad	
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Rita Domansky	
Suplente	Vivian Biazon El Reda Feijó	justificou
Titular	Reilly Aranda Lopes	
Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	
Titular	Edvaldo Vianna	
Suplente	Amélia do Nascimento Magrinelli	Ausente
Titular	Maria Ap <sup>a</sup> Silva Montes	Ausente
Suplente	Livaldo Bento	Ausente
Titular	Vaine Teresinha P Marques	
Suplente	Teresa Moreschi	justificou
Titular	João Victor Custódio Nery	
Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	Ausente
Titular	Silvia Aparecida Brazao	Ausente
Suplente	Ailton de Souza	Ausente

Titular	Wagner Aguiar de Almeida	
Suplente	sem indicação	
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	
Titular	Neide Aparecida Gonçalves	justificou
Suplente	João Maria Cabral	Ausente
Titular	Eunice Tieko Myamoto	
Suplente	Edvaldo Zanutto	Ausente
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	
Suplente	Regina Ferreira de Souza	
Titular	Jurandir Pinto Rosa	
Suplente	Jair Rodrigues Pereira	
Titular	Ângelo Barreiros	
Suplente	Monica Ap <sup>a</sup> Cardoso	Ausente
Titular	André Akira Horiuchi	
Suplente	Maria José Barbosa	
Titular	Sem indicação	
Suplente	Alexandre Montezin	